



Dra
Cristina

PLANO DE GOVERNO

Plano de Governo Prefeitura de Goiânia 2021 - 2024

**Partido Liberal (PL)
Candidata - Dra. Cristina Lopes Afonso**

**Goiânia
2020**

**[...] Dia virá, talvez mais longe do
que supomos,
nossa Goiânia será tal e qual sol
irradiando vida e calor
aos pontos mais longínquos do
sertão.
Dia virá em que teremos conosco
a Capital da Nação.**

Rosarita Fleury

“Goiânia me deu a oportunidade de renascer. As pessoas dessa terra me deram acolhimento e amor. Devo a minha vida a esse chão e é por ele que vou me dedicar, lutar e trabalhar”

Dra. Cristina

APRESENTAÇÃO

Registram-se, nas próximas páginas, as propostas de governo da candidata Cristina Lopes Afonso para a prefeitura de Goiânia. Este documento é indispensável para a democracia goianiense. E a sua formalização representa uma ferramenta para orientar a população sobre as posturas e propostas das candidatas e candidatos que buscam administrar a capital. Aqui, encontram-se reunidas ideias e diretrizes que poderão ser a base para a instalação da próxima gestão municipal.

É importante salientar que um plano de governo não contempla todas as ações que irão permear o processo administrativo. Isso, porque, em ambientes democráticos e sérios, tanto a participação social quanto o diagnóstico e a análise das políticas implementadas podem sugerir adequações futuras. E esse é um dever constante de qualquer gestão que queira um bom governo, respeitar os anseios das pessoas que vivem em Goiânia e buscar a máxima qualidade de suas ações.

O princípio básico apresentado por este plano advoga em favor da modernização da administração pública. Goiânia precisa entrar no grupo das cidades que tem gestores, pessoas comprometidas com o bom andamento da máquina pública. Por isso, faz-se necessário a adoção de parâmetros técnicos para os cargos administrativo de relevante interesse social, econômico, ambiental e cultural. Além disso, é imprescindível criar uma outra cultura administrativa, amparada no conceito de governança e com mais eficácia e eficiência.

As velhas práticas políticas, que há décadas tomaram conta da cidade e não beneficiam a população, não podem ter chance em ambientes de transparência e participação social. A boa política deve prevalecer sempre, pois somente ela é capaz de mediar os interesses das mais diferentes parcelas da

sociedade e encontrar o consenso necessário para o desenvolvimento de toda a cidade.

É por isso que a nossa **principal diretriz de governo é o estabelecimento de uma estrutura de governança capaz de acompanhar, analisar e propor ideias técnicas para solucionar problemas urbanos e promover potencialidades diversas**. Precisamos escutar a sociedade, estar atentos aos seus atores econômicos, sociais, culturais e ambientais e, assim, alcançar o horizonte de um bom governo.

INTRODUÇÃO

Torna-se imperioso localizar no centro geográfico do país poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura. Do alto dos vossos chapadões infindáveis, onde estarão, amanhã, os grandes celeiros do país, deverá descer a onda civilizatória para as planícies do Oeste e do Noroeste.

Getúlio Vargas

É desta forma que Getúlio Vargas enxergava o horizonte. O então presidente, sustentando o que viríamos a conhecer como o Estado Novo, deslumbrava no Sertão Goiano, no alto do Planalto Central, a chance de colocar em prática um dos seus projetos geopolíticos mais ousados e importantes: a “Marcha para o Oeste”. De cunho nacionalista, desenvolvimentista e integrador, essa política tinha o interesse de ocupar o interior do país, em direção à Amazônia, com a estrutura do Estado brasileiro. O objetivo era garantir maior integridade territorial e maior controle do governo central. A construção de uma nova capital no Estado de Goiás, nesse caminho, comportaria os interesses geográficos, políticos e ideológicos desse projeto: o ícone de uma nova fase do desenvolvimento do país.

Esse também foi o intuito de Pedro Ludovico Teixeira, médico escolhido por Vargas para ser o interventor em Goiás. A aderência de Pedro Ludovico ao projeto político do presidente expunha a intenção de aliança dos interesses regionais mais progressistas contra a oligarquia política que, então, dominava o estado. Assim, Teixeira consegue apoio para a transferência da capital e, em 24 de outubro de 1933, lança a Pedra Fundamental de Goiânia.

Como bem pontou a professora Dra. Márcia Pelá, Goiânia nascia, portanto, já com os interesses, funções políticas e econômicas bastante definidas. O projeto almejava a valorização da modernidade e, para isso, fazia-se necessário um plano urbanístico inovador e um planejamento que se distanciasse das morfologias urbanas tradicionais. O intuito era colocar Goiás na flecha do crescimento e da inserção aos tempos modernos. O encarregado para tal feito foi o arquiteto e urbanista Attilio Corrêa Lima.

Attilio desenhou a cidade a partir dos preceitos da racionalidade, buscando valorizar os monumentos simbólicos do poder central e conferindo

certa “beleza monumental” à Goiânia. Os traçados retos, as avenidas largas e a preocupação ambiental o situavam como um visionário do planejamento. Assim, o arquiteto se esforçou para produzir na paisagem da nova capital espaços que, em sua concepção, iriam inserir a população da cidade na modernidade.

Essa, talvez, seja uma das maiores contradições do seu projeto. Contudo, é também um dos aspectos de maior beleza da capital. Ou seja, o encontro das pessoas e suas tradições com o desenho de uma cidade que buscava ser moderna. Pois a paisagem urbana é uma construção do mundo que nós vemos e dos mundos que sonhamos e trazemos nas nossas raízes. É a partir da paisagem que nós identificamos o nosso lugar de pertencimento. Nesse sentido, as pessoas que aqui vieram trabalhar e morar trouxeram suas histórias de vida, sua cultura, sua maneira de existir e ver o mundo. A composição urbanística moderna, aos poucos, foi sendo ocupada pelo cotidiano de pessoas diferentes, vindas de todos os lugares do Brasil.

Ao propor um plano de governo, certamente, essas questões são fundamentais. Afinal, trataremos aqui, e na administração municipal, dos espaços de vida das pessoas. Espaços que devem contemplar a possibilidade do exercício pleno dos cidadãos e cidadãs em habitar, trabalhar, realizar atividades de lazer, de mobilidade, de acesso aos serviços públicos e de encontro social e político, funções essenciais para a saúde de uma sociedade.

A gestão que se pretende implementar compreende que o espaço urbano é ocupado, definido e redefinido de forma desigual. Entretanto, cabe à administração pública respeitar de modo geral o Meio Ambiente e o direito das pessoas à cidade. Esses são os princípios fundamentais para um desenvolvimento justo e digno para todas as gerações. Assim, é a prefeitura quem deve zelar para que as desigualdades espaciais sejam observadas mormente na diversidade dos aspectos culturais da sociedade, mas que não acometam falta de serviços ou negligência do poder público.

E isso se faz mais do que necessário nesse momento. Pois, ao longo dos anos Goiânia tem perdido o seu protagonismo como essa cidade inovadora e moderna. O seu futuro, esperança da modernização brasileira, foi tomado por práticas políticas atrasadas que criaram e ainda criam obstáculos para um desenvolvimento econômico e social. O seu traçado moderno e original não

inspirou continuidade e a expansão desordenada da cidade se tornou um reflexo de administrações pouco comprometidas com uma urbanização qualificada.

Nesse contexto, as pessoas na capital passaram a conviver com um cotidiano difícil e característico de regiões metropolitanas já centenárias. O retrato é de uma cidade que ficou no tempo. Vivemos grandes problemas de tráfego e um transporte público extremamente ineficiente e caro. As últimas administrações não conseguiram modernizar o acesso à cidade e nem aos bens públicos. O traçado urbano e o ordenamento territorial perderam coesão com a organização da cidade e com a topografia da região.

Na saúde faltam médicos e insumos. Por outro lado, sobram filas e problemas de infraestrutura. Os profissionais se sentem desvalorização com a falta de comprometimento das últimas gestões municipais. Em relação à educação, o cenário não é diferente e desvalorização é também um sintoma. Nos últimos meses a prefeitura suspendeu contratos, não deu suporte necessário para aulas online e não apresentou um plano para a crise do Coronavírus em relação à pasta. Há grande demanda por vagas e há uma queda na atenção sobre o ensino de maneira generalizada.

Um problema recorrente e que afeta a maneira como as pessoas vivem na cidade é o seu cuidado cotidiano com praças, arborização, canteiros centrais, recolhimento de lixo etc. Por muito tempo Goiânia foi um orgulho para tantas pessoas, mas hoje não cativa e não conforta o cidadão.

A chegada do Covid19 nos fez perceber que a transformação da gestão pública é mais do que urgente. A capital do estado não conseguiu apresentar um plano para a crise em nenhuma de suas pastas. A próxima administração terá dificuldades na Educação, na Saúde, Assistência Social e Economia. Por isso, não há que se falar em continuísmo e não podemos nos omitir.

Queremos reunir a sociedade para pactuar políticas de retomada da economia, com geração de empregos e requalificação de áreas fundamentais para o comércio, como o centro e a região da 44. Vamos ampliar as vagas nas escolas, fazendo parcerias com instituições já existentes. Traremos a sociedade civil para próximo da gestão, contribuindo com ideias e trabalho para que

possamos ampliar a assistência social. E vamos valorizar quem trabalha e quem necessita de atendimento nas Unidades de saúde.

E para resgatar o sentimento de orgulho de seus cidadãos, a prefeitura de Goiânia precisa dar o exemplo. Por isso, as nossas propostas partem da responsabilidade por uma gestão eficiente das políticas e dos recursos públicos e da promoção da participação social nos espaços decisórios. A nossa administração estará empenhada em garantir um novo perfil de administração, amparado em processos de governança.

Esse Plano de Governo, portanto, em conformidade com a legislação eleitoral do Brasil, tem o objetivo central de apresentar um compromisso de compreender a cidade nos seus mais variados aspectos. O presente documento, é um trabalho realizado a partir da responsabilidade de escutar os mais distintos setores da sociedade. Ele tem o objetivo de veicular diretrizes e propostas gerais com o horizonte ao planejamento racional, mas sem esquecer da complexidade que as pessoas dão aos espaços que habitam.

PLANO DE GOVERNO

Introdução

Nesta secção serão apresentadas as características básicas de como se pretende implementar e executar as práticas da gestão municipal em Goiânia. Tem-se ciência de que a administração pública necessita ser fortemente pautada por políticas públicas sérias e globais, ações governamentais transparentes e pactuadas com a população e com seus atores sociais, econômicos e políticos.

Busca-se um modelo inovador para a gestão, com secretárias e secretários municipais compromissados e com capacidade técnica para atuar em pastas específicas e sólidas. Serão gestores de políticas públicas que tenham respaldo social. Eles farão um compromisso por meio de contrato de gestão firmado com o município e terão liberdade para propor, assumir e cumprir metas estabelecidas em cada ano do período de gestão. Estabeleceremos diálogo com a sociedade a fim de incentivar a fiscalização das metas e o acompanhamento dos trabalhos prestados.

1. Estrutura de governança

A governança expressa estratégias de atores coletivos que se engajam na coordenação de ações que os permitam resolver problemas próprios de seus territórios. Em um governo municipal, os processos de governança têm por base reconhecer as boas soluções advindas das relações socioinstitucionais decorrentes do encontro entre o Estado, a sociedade civil organizada o setor privado. Isso significa buscar uma mudança necessária na administração pública com horizontes a uma melhor organização e maior capacidade de gestão do Estado frente aos desenhos e anseios dos cidadãos.

- a) **Colegiado Consultivo da Gestão Governamental** – instância máxima de participação e consulta para a gestão municipal. Será formado por atores sociais, econômicos, culturais e ambientais do município de Goiânia. Terá a finalidade de aconselhar e subsidiar, de maneira pública e democrática, as decisões da prefeitura.

- b) **Câmaras Temáticas** – instâncias que integram o Colegiado Consultivo e têm o objetivo de abordar, debater e apontar soluções para temas específicos que compõem o colegiado e são fundamentais para a cidade. Cada Câmara será formada por atores da sociedade civil organizada. Terá a finalidade de analisar temas pertinentes e apontar soluções técnicas para o colegiado.
- c) **Gerência Executiva de Projetos** – organismo presente em cada secretaria ou equivalente, seja na administração direta ou indireta, e que fará o monitoramento da execução de todas as ações planejadas. Terá a função de acompanhar e apresentar ao colegiado as atualizações das pastas e dos projetos fundamentais.
- d) **Comitê de Governança Eletrônica** – instância de âmbito municipal. Seus membros serão indicados por secretários municipais e nomeados pela prefeita. O órgão terá como objetivo propor tecnologias democratizantes de gestão, informação, comunicação e transparência.
- e) **Comitê de Modelagem de Parcerias Público-Privadas** – instância que contará com a participação da sociedade e dos seus agentes produtivos. Terá como meta propor casos e modelos para projetos de grande impacto na economia, no orçamento público e no futuro da cidade. Em projetos possíveis, serão incentivados modelos que dialoguem com o setor privado em parcerias que beneficiem as pessoas e a cidade.
- f) **Diretoria de relações federativas** – órgão responsável por buscar e acompanhar os projetos e verbas públicas oferecidas por outros entes federativos e, assim, garantir o melhor uso do dinheiro público e uma maior agilidade nos processos e ações municipais.

2. Educação

O município tem responsabilidade por toda a Educação Básica. Seja o Ensino Infantil, o Ensino Fundamental e a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos). Destarte, também é dever deste ente federado prover vagas de Educação Especial em todas as etapas/fases para assegurar ensino (infantil ou fundamental) para crianças com necessidades especiais. Elas não deverão ser segregadas das demais crianças e sim acompanhadas por especialistas. A educação é a primeira importância em uma sociedade que ser justa e digna.



Propostas

- ✓ Melhorar os indicadores educacionais de Goiânia.
- ✓ Adotar o princípio da qualidade do gasto na educação – condicionando as grandes despesas da educação aos resultados nos indicadores e na qualidade da educação.
- ✓ Dotar as escolas municipais (Ensino Fundamental) e os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) de equipamentos básicos para a atividade pedagógica: biblioteca escolar e pequenos laboratórios de informática e de ciências (com qualidade no gasto: redução ou extinção de contratações não essenciais ao processo educativo);
- ✓ Estimular a presença permanente do corpo docente nas escolas, bem como a frequência dos alunos com atividades culturais, esportivas e cidadãs;
- ✓ Assegurar acesso aos serviços e políticas da prefeitura para os trabalhadores e escolares.
- ✓ Valorizar o corpo docente, dando melhores condições de trabalho e atenção às suas demandas;
- ✓ Elaborar e implantar o próprio indicador municipal da educação básica, como ferramenta de monitoramento sistemático do aprendizado, em função das metas do IDEB – outras finalidades:
 - a) Aferir, sistemática e periodicamente, a qualidade do ensino, com detalhamento por escola e por disciplina.

- b) Otimizar a alocação de recursos (financeiros, tecnológicos, metodológicos, humanos e de talentos especiais).
 - d) Estimar o acréscimo de uma parcela variável da remuneração dos professores, em função do desempenho e da qualidade do seu trabalho.
-
- ✓ Envolver a cidade, e sobretudo os seus agentes produtivos, em um pacto pela qualidade na educação, tendo como metas a elevação das taxas de aprendizado e das médias (no IDEB e nos indicadores municipais da educação).
 - ✓ Realizar concurso específico para seleção de professores de elevada qualificação e de alto rendimento (os chamados talentos especiais), a serem alocados nas unidades de desempenho mais baixo, com remuneração diferenciada.
 - ✓ Implantar a Olimpíada Municipal de Matemática.
 - ✓ Integrar as unidades em rede, em cada nível de ensino, para melhor aproveitamento das experiências exitosas.
 - ✓ Criar um Planejamento Estratégico da Rede Municipal de Ensino com visão de longo prazo.
 - ✓ Estimular o domínio do idioma inglês por todos os professores da rede (em parceria com instituições de ensino, públicas e privadas, e com os setores produtivos);
 - ✓ Estabelecer, na formalização do Contrato de Gestão do Secretário de Educação com o Município, metas de desempenho de toda a rede;
 - ✓ Estabelecer, por sua vez, contrato de gestão com os gestores escolares, nos quais terão preservada a sua autonomia em forma de eleição, mas assumirão metas de desempenho nos indicadores educacionais;
 - ✓ Cumprir o pagamento do Piso Nacional Salarial e debater os planos de carreira dos professores;
 - ✓ Fortalecer os conselhos de educação;
 - ✓ Dar atenção à merenda escolar e promover uma maior compra da Agricultura Familiar por meio do PNAE.

3. Saúde

A saúde pública municipal, nos últimos anos, tem vivido uma desvalorização por parte do poder público. A realidade tem assustado profissionais e usuários do sistema que, literalmente, clamam por socorro. Durante a pandemia, a ineficiência da gestão municipal ficou ainda mais evidente. Nesse sentido, é preciso um compromisso sério com a pasta, com a rede municipal e as pessoas da capital.



Propostas

- ✓ Pactuar, com toda a Região Metropolitana, a prestação de serviços de saúde, inclusive quanto a formas de financiamento, por meio da formalização de parcerias, consórcios e experiências de cogestão (festão compartilhada). Todo esse processo tem como objetivo otimizar a prestação dos serviços, incluindo a população dos municípios vizinhos, e reduzir o impacto dessa demanda nos Orçamentos Municipais;
- ✓ Buscar parcerias e recursos (Brasil e exterior) para a mais abrangente modernização tecnológica dos atendimentos em saúde (via Tecnologia da Informação), promovendo a padronização de procedimentos e libertando de vez a população do suplício das filas e dos horários desumanos;
- ✓ Instituir política municipal de qualificação permanente de todos os quadros de profissionais da saúde, mantendo-os conectados às melhores

- práticas e tecnologias, incluindo a formação de um grupo de pesquisa e estudo de práticas inovadoras e eficientes em saúde;
- ✓ Implementar o Consultório Ambulante para ações de atenção a eventuais moradores vitimados pelo alcoolismo ou pela drogadição;
 - ✓ Nas ações de cuidado em saúde mental, formalização de parcerias com entidades sem fins lucrativos (a exemplo das Comunidades Terapêuticas) que se dedicam a atividades do gênero e valorização da rede de CAPS considerando as características demográficas dos territórios da saúde municipal;
 - ✓ Valorizar os servidores públicos e criar mecanismos de participação nas decisões sobre a saúde;
 - ✓ Terminar as obras e adequar unidades de saúde para melhor a qualidade do trabalho e do atendimento aos usuários;
 - ✓ Promover em conjunto com outras secretarias atividades de prevenção, como práticas esportivas e atividades em espaços públicos;
 - ✓ Incentivar a compra e o consumo de produtos saudáveis pelos órgãos da prefeitura, incluindo atenção às feiras e aos produtores locais.

4. Mobilidade, transporte e acessibilidade

A mobilidade urbana nos grandes centros tem sido um grande desafio para a gestão municipal. Em relação ao transporte público, a prefeitura de Goiânia precisa liderar a crise e dar o primeiro passo para uma transformação real e eficiente da rede metropolitana. O sistema precisa ser integrado e modernizado para comportar a demanda, a pontualidade e o conforto dos usuários. Além disso, a frota necessita de constantes atualizações e as infraestruturas agregadas de maior qualidade.

A tarifa é incompatível com a realidade das trabalhadoras e trabalhadores. É também por isso que o transporte individual por aplicativo, visto no início como um luxo para poucos, tornou-se uma das opções dos usuários em detrimento do transporte público. A tarifa e a precariedade do sistema provocaram a fuga de passageiros para outras modalidades e frota de ônibus tem sido cada vez mais sucateada.

É preciso investir nos corredores exclusivos de ônibus, mas sobretudo criar um modelo de gestão que possibilite que as empresas e o poder público consigam oferecer e fiscalizar a regularidade e a qualidade do transporte.

Outros modais são fundamentais para um bom desenvolvimento da mobilidade. A capital em grande potencial topográfico para a criação de ciclovias. Entretanto, é preciso não só criar faixas exclusivas, mas conectá-las às já existentes e criar uma política de incentivo a esse modelo de transporte.

A acessibilidade, contudo, continua sendo um dos principais problemas urbanos da capital. O poder público precisa criar políticas de parcerias com a sociedade e com setores privados para incentivar a adequação de calçadas, rotas e transportes acessíveis. Os equipamentos públicos precisam garantir conforto e segurança para que todos os grupos de pessoas possam ter mobilidade e acesso à cidade.

É preciso influir indiretamente no fluxo de veículos, uma ação quase sem custos. Em Goiânia, quase todos os horários coincidem – repartições públicas, empresas privadas (de comércio, indústria e serviços), escolas (públicas e privadas) funcionam basicamente nos mesmos horários. É possível fazer uma legislação simples para organizar os horários de modo a dar mais capacidade de absorção do tráfego.

Propostas

- ✓ Reestruturar os órgãos que cuidam e decidem sobre o transporte público;
- ✓ Promover um novo olhar sobre os contratos e parcerias público-privadas;
- ✓ Promover o investimento público no transporte;
- ✓ Implementar os corredores exclusivos de ônibus, melhorando a sua fluidez;
- ✓ Fazer a manutenção dos equipamentos públicos agregados ao transporte;
- ✓ Recriar o cartão inteligente, permitindo mais viagens sem a necessidade de transbordo ou baldeação;
- ✓ Incentivar o uso de outros modais de transporte;
- ✓ Criar ciclovias e ciclofaixas;

- ✓ Conectar toda a rede cicloviária para garantir maior capacidade de mobilidade da população que usa o serviço;
- ✓ Terminar as obras de intervenção no trânsito;
- ✓ Buscar investimento para melhorias na mobilidade urbana;
- ✓ Substituir a frota e linhas para adequar os veículos e trechos para a acessibilidade;
- ✓ Adequar as calçadas para promover a acessibilidade;
- ✓ Criar sinalização eficiente e adequada para garantir acessibilidade das pessoas à cidade;
- ✓ Monitoramento do trânsito e de sua fluidez.

5. Turismo

Goiânia tem um potencial muito grande para o turismo de negócios, eventos e compras/consumo. Entretanto, não há um plano de turismo municipal e não há planejamento e estratégia para que a cidade consiga absorver bem essa demanda. As ações desenvolvidas pelo setor estão, praticamente, no setor privado e a prefeitura precisa dar o suporte necessário para o crescimento do segmento.

Propostas

- ✓ Criar o Plano Estratégico de Turismo com metas claras para cada ano da gestão e atribuíveis a todos os segmentos envolvidos;
- ✓ Desenvolver o portal do turismo – valorizando a nossa história, cultura e vocação turística;
- ✓ Desenvolver e implementar um programa abrangente de qualificação de todos os elos da cadeia do turismo, visando a profissionalização e a agregação de valor (cultural e financeiro) ao setor;
- ✓ Definir estratégias e diretrizes do turismo em função do desenvolvimento econômico e social da cidade;
- ✓ Incentivar e apoiar a realização de eventos;

- ✓ Incentivar e divulgar a programação cultural dos espaços públicos e privados a fim alcançar o turista;
- ✓ Criar vagas de estacionamentos nos pontos turísticos;
- ✓ Valorizar os espaços públicos e criar atrativos simbólicos para a valorização de tais espaços;
- ✓ Promover rotas turísticas pela cidade;
- ✓ Adaptar e cuidar das sinalizações urbanas nas rotas turísticas;
- ✓ Dar publicidade institucional aos potenciais turísticos da capital;
- ✓ Promover o turismo local, valorizando os produtos e os produtores locais.

6. Limpeza e Urbanização de Goiânia

Nos últimos anos a cidade de Goiânia tem perdido seu destaque nacional em relação aos cuidados com o patrimônio e com sua urbanização. A cidade se encontra em abandono e é preciso resgatar o orgulho pela cidade.

Propostas

- ✓ Criar um plano de arborização com plantio de espécies adequadas nas vias urbanas e nos espaços públicos.
- ✓ Cuidar e manter os canteiros de flores pela cidade.
- ✓ Fortalecer a limpeza urbana, valorizando os servidores.
- ✓ Criar parcerias com cooperativas de catadores e de reciclagem para contribuir para limpeza urbana e geração de renda.
- ✓ Agilizar a demanda por plantio, corte, manutenção e adequação de árvores na cidade.
- ✓ Acelerar o atendimento ao público e criar laços entre os servidores e a população.

7. Políticas públicas para Mulheres

Toda e qualquer política pública revertida em benefício da mulher será calcada no Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres – PMPM, que será o principal instrumento de planejamento da gestão municipal na área. Por isso, pactuam-se, desde logo, os princípios e diretrizes dos quais estarão presentes em todas as ações e políticas públicas a serem implementadas.



Princípios

Integridade – s políticas públicas para as mulheres concebidas e executadas em sua integralidade, paralelamente e como políticas de governo e de Estado, com permanência ao longo do tempo.

Universalidade – execução concomitante, por todos os órgãos da administração pública municipal, direta e indireta, e sob a coordenação do órgão gestor/executor das políticas para as mulheres, das políticas públicas para as mulheres.

Igualdade e equidade – tratamento igual a todas as mulheres na execução das políticas públicas a elas designadas, e acesso por igual a todos os direitos, bens e serviços municipais, respeitadas as especificidades de cada grupo de mulher, e garantido o justo tratamento desigual para as desiguais (a equidade), por meio de ações afirmativas para grupos de mulheres historicamente discriminados.

Diversidade – a administração e distribuição de todos os bens, serviços, direitos e garantias para todas as mulheres, as considerará (sempre) na sua diversidade, seja ela social, sexual, religiosa, de gênero, econômica, etária, geracional e de localização.

Autonomia – dada a premissa da liberdade da mulher para decidir sobre sua vida e seu corpo, será garantido o tratamento autônomo a cada uma. Da mesma forma, a todos os órgãos dedicados às políticas públicas das mulheres será dada plena autonomia administrativa e funcional, para que trabalhem e produzam independente de conjunções eventuais da gestão municipal.

Laicidade – dada a premissa constitucional de que o Estado é laico, nenhuma mulher, face a qualquer órgão, política ou ação municipal, será discriminada em função de qualquer crença ou religião.

Transparência – todos os atos de todos os órgãos vinculados às políticas públicas das mulheres, serão adotados em obediência aos princípios da totalidade da administração municipal (legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência), com especial atenção à publicidade – ampla divulgação de todos os atos.

Participação e controle social – todos os atos, de todos os órgãos vinculados às políticas públicas para as mulheres, serão objeto das mais amplas discussões e participação organizada, e escrutinados pelas autônomas ações de controle (interno, social e externo).

Diretrizes

Consideração de todos os tratados, acordos e convenções internacionais firmados e ratificados pelo Estado brasileiro relativos aos direitos humanos das mulheres.

Articulação de todas as políticas públicas para as mulheres, para distinguir gênero, raça e etnia apenas afirmativamente, quando se fizer necessário para garantir direitos às mulheres vítimas de preconceitos.

Equilíbrio de poder entre mulheres e homens, na fruição de bens e direitos ofertados pelo Poder Público Municipal, bem como da participação política.

Reconhecimento, para o devido combate: da violência doméstica, de gênero, raça e etnia, com tolerância zero a qualquer de discriminação ou opressão à condição de mulher; e da necessidade de políticas públicas para mulheres em função da igualdade plena entre elas, independente da diversidade explicitada na seção dos princípios.

Difusão, através dos sistemas públicos de educação e cultura, de ações valorativas da importância histórica do múltiplo trabalho da mulher e da necessidade de novas formas de trabalho, distinguindo positivamente as mulheres em função de gênero, raça e etnia.

Formação e capacitação de servidores com vistas a garantir a execução das políticas públicas com respeito à diversidade explicitada na seção de princípios.

Presença dos organismos de defesa de direitos, e de gestão das políticas para as mulheres, no primeiro escalão da administração municipal.

Universalização dos serviços de saúde, educação, cultura, esporte e assistência social com qualidade, urbanidade e humanismo para todas as mulheres, assim consideradas na sua diversidade (ver princípios).

Enfrentamento permanente e sistemático a crimes de ódio contra a mulher (racismo, sexismo e lesbofobia e demais preconceitos por condição física, econômica ou social).

Fomentar a diversidade feminina na produção de arte, história, cultura, esporte e lazer financiado com o concurso de recursos municipais.

Fomentar a qualificação profissional das mulheres trabalhadoras e sua devida inserção no mercado de trabalho.

Propostas - Saúde em grupos específicos de mulheres

- ✓ Qualificar as profissionais da Saúde Municipal quanto à compreensão da mulher nos contextos da divisão do trabalho doméstico e dos cuidados com filhos, parentes e idosos adoecidos;

- ✓ Oferecer atenção específica à saúde integral das mulheres trabalhadoras, negras, em situação de prisão, com deficiência e idosas, implementando as Políticas Nacionais de Segurança e/ou Saúde Integral atinentes a esses grupos, respeitando as normas específicas delas e provendo acesso à Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência.
- ✓ Promover e ampliar a atenção às mulheres adultas, jovens e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual.

Propostas - Direitos sexuais e reprodutivos

- ✓ Ampliar e qualificar a atenção clínico-ginecológica, com estudos e pesquisas sobre medicamentos, práticas integrativas e complementares e equipamentos que melhorem a qualidade de vida das mulheres, incluindo métodos contraceptivos, mamógrafos, mesas ginecológicas e outros recursos.
- ✓ Oferecer atendimento ginecológico de qualidade para todas as mulheres, envolvendo:
 - Diferenciação das mulheres em função de toda a sua diversidade (ver princípios), mais ainda as mulheres em situação de rua, com debilidades físicas ou mentais e doenças causadoras de estigmas, como as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e as hepatites virais, capacitando os profissionais de saúde para atenderem conforme especificidades populacionais;
 - Implantação do Plano de Atenção às DST e Hepatites Virais, incrementando-o com amplo acesso a informações sobre prevenção, tratamento e controle dessas doenças; oferta de preservativo feminino (para grupos de maior vulnerabilidade); campanhas educativas de prevenção a essas doenças; e estratégias de educação para prevenção e combate a essas doenças, particularmente para mulheres jovens, negras e idosas;
 - Educação permanente dos profissionais de saúde, para oferta de planejamento reprodutivo com respeitando à autonomia e à pluralidade das mulheres e redução das iniquidades; e para

prevenção e tratamento das síndromes hipertensivas, hemorrágicas, infecciosas e outras intercorrências obstétricas que mais atingem gestantes, parturientes e puérperas;

- Implantação da linha de cuidado integral à Reprodução Humana Assistida (RHA), conforme normas do SUS;
- Promoção de estudos sobre riscos da gravidez na adolescência, e de programas capazes de preveni-la;
- Combate à morbimortalidade materna, com implementação de uma atenção obstétrica e neonatal qualificada, humanizada e baseada em evidências em saúde; e oportunidade de um pré-natal de qualidade;
- Implemento de instâncias e sistemas de monitoramento e avaliação da Rede Cegonha e da qualidade da atenção à saúde das mulheres no período gravídico puerperal;
- Estudos de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil no município, em função de causas presumíveis da morte materna;
- Realização, em todas as gestantes usuárias do SUS, do teste de eletroforese e do teste rápido de HIV e sífilis, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha;
- Instituição/fortalecimento/ampliação dos Comitês Municipais de Morte Materna, e garantia do recorte de raça/cor na investigação de óbitos infantis, fetais, maternos e de mulheres em idade fértil.
- Atenção especial às mulheres adultas, jovens e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual, com cadastramento e qualificação da rede de atenção a elas, especialmente na hipótese da interrupção legal da gravidez.

Propostas - Saúde da mulher em situação violência

- ✓ Implementar estratégias para regulamentar a custódia de material biológico de garantia à materialidade das provas em casos de violência sexual.

- ✓ Otimizar a notificação e investigação dos óbitos por homicídio no âmbito do SUS.
- ✓ Implantar um sistema de notificação compulsória de quaisquer atos de violência contra a mulher, em articulação com os Núcleos de Prevenção de Violências.
- ✓ Ampliar e qualificar a rede de atenção às mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual.

Propostas - Mulheres em situação de CÂNCER

- ✓ Implantar novas ações de diagnóstico e tratamento das patologias mais prevalentes;
- ✓ Ampliar o acesso à mamografia, sobretudo na faixa etária recomendada (50 a 69anos), com a devida qualificação dos agentes de saúde nesse serviço;
- ✓ Prover a detecção e o tratamento em tempo adequado;
- ✓ Formalizar parcerias com outras esferas do Poder Público, para dar celeridade e qualidade:
 - ao diagnóstico e tratamento (inclusive psicossocial) do câncer de mama e das lesões precursoras do câncer de colo do útero;
 - ao exame citopatológico do colo do útero (Papanicolau).

Proposta - Para as mulheres em situação de rua

- ✓ Ofertar o “Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua”, e melhor instrumentação dos profissionais de saúde da Atenção Básica no cuidado da população em situação de rua;
- ✓ Ampliar o acesso à Atenção Básica para esse público, via implantação de equipes de Consultórios de Rua.

Propostas - Saúde mental

- ✓ Ampliar os serviços de atenção à saúde mental da mulher, sobretudo no amparo ao sofrimento decorrente do uso de substâncias psicoativas e das violências doméstica e de gênero;
- ✓ Considerar, na promoção da atenção à saúde mental da mulher, especificidades físicas, econômicas, sociais, étnicas, geográficas e etárias, e de particularidades como orientação sexual, identidade de gênero, dificuldade de mobilidade, situação de prisão ou de violência e situação de rua.
- ✓ Fomentar estudos e pesquisas, respeitando a diversidade da mulher (ver princípios), com a finalidade de:
 - Avaliar o peso dessas especificidades nos transtornos mentais.
 - Subsidiar a elaboração de estratégias de educação permanente dos profissionais da rede de saúde mental, dos matriciadores e dos profissionais dos NASF (Núcleos de Apoio à Saúde da Família), com vistas à adequada abordagem de toda essa diversidade situacional da mulher em transtorno mental, inclusive no caso de usuárias de substâncias psicoativas e para o atendimento continuado delas na rede da Atenção Básica.
 - Qualificar a adoção de ações específicas, nos serviços de saúde mental, em atenção às mulheres em situação de violência ou de uso de substâncias psicoativas (álcool, crack e outras drogas).
 - Implantação, na rede de atenção psicossocial, de unidades de acolhimento capazes de considerar a determinação de gênero no sofrimento mental pelo uso de substâncias psicoativas.

Propostas - A mulher e a educação

- ✓ Consolidar, na política educacional, toda a diversidade da mulher, inclusive a de gênero, etnia, sexual, cultural e geracional, de modo a garantir uma educação igualitária e promover a discriminação positiva;

- ✓ Compatibilizar os objetivos dos padrões curriculares com os objetivos específicos de afirmação feminina, valorizando toda a diversidade da mulher, o senso crítico, a vida saudável, o exercício de direitos, a conquista da independência e a preparação para o mercado de trabalho;
- ✓ Ampliar o número de vagas nos Centro de Educação Infantis – CMEI, em benefício das mães que trabalham/estudam;
- ✓ Criar CMEIs de tempo integral – se possível, usando estruturas existentes;
- ✓ Garantir creche a crianças cujas mães cursam o EJA noturno e erradicar o analfabetismo feminino no município;
- ✓ Tornar as escolas espaços da cultura da paz e do amor ao próximo, e valorizar a cultura negra e o combate à homofobia – no ambiente educacional de toda a cidade;
- ✓ Capacitar escolas e educadores para a educação inclusiva das pessoas com deficiência.
- ✓ Ampliar equipamentos públicos de esporte e lazer para as mulheres e suas famílias, capacitar o espaço escolar para o mesmo fim e desenvolver projeto de orientação para a educação familiar.
- ✓ Compatibilizar os padrões curriculares legais com os nossos objetivos educacionais de valoração do papel histórico da mulher no mundo do trabalho, da economia e da educação de gerações.

Propostas - A mulher e a segurança pública

- ✓ Criar, no âmbito da Secretaria Municipal da Mulher, o Observatório dos Casos Sujeitos à Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), com espaço para escuta e atendimento e orientação psicossocial e jurídica da mulher em situação de violência.
- ✓ Disseminar a aplicação da Lei Maria da Penha, divulgando-a junto à sociedade (e às servidoras municipais), viabilizando parcerias com outros entes da Federação para fins de campanhas, mobilizações e ações educativas sobre a Lei.

- ✓ Ampliar, fortalecer e aparelhar a Patrulha Maria da Penha, assim como a rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.
- ✓ Incorporar a temática da violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha nos conteúdos programáticos de cursos avulsos oferecidos pelo Município e de concursos públicos – principalmente nos de formação dos operadores de segurança pública (Guarda Civil Metropolitana).
- ✓ Desenvolver um modelo de intervenção referencial – Laboratório de Tecnologia Social – para atender mulheres em situações de vulnerabilidade e risco, de forma integralizada e com metodologia que envolva: Acolher, Formar, Incluir e Advogar.
- ✓ Disponibilizar ferramentas para monitorar os atendimentos e impedir a revitimização das mulheres atendidas.
- ✓ Promover encontros com gestores municipais, agentes protetivos de direitos e sociedade civil para o melhor enfrentamento à violência contra a mulher.
- ✓ Estimular a criação de organismos de políticas para as mulheres e de defesa dos seus direitos em todo o Município.
- ✓ Implantar o Sistema Municipal de Políticas para as Mulheres e viabilizar o (re)aparelhamento de organismos municipais junto à rede de atendimento à mulher vítima de violência.
- ✓ Apoiar e fomentar a formalização de grupos de mulheres, orientando-os quanto à captação de recursos para viabilização dos seus projetos de enfrentamento à violência contra a mulher.
- ✓ Capacitar agentes da rede de atenção à mulher, e parceiros, para prevenir e combater a violência contra a mulher.
- ✓ Elaborar a correspondente municipal à Política Nacional de Abrigamento, estimando mecanismos de monitoramento da rede de atenção à mulher vítima de violência.
- ✓ Orientar e encaminhar devidamente as mulheres em situação de violência, para lhes evitar novos atos violentos dos seus agressores, complementando com ações de reeducação e responsabilização dos agressores.

- ✓ Contribuir na desconstrução de mitos e preconceitos em relação à violência contra as mulheres, incentivando mudança cultural e valores e atitudes éticas igualitárias e de valorização da paz.
- ✓ Prover e fortalecer Centros Especializados da Mulher em Situação de Violência. Igualmente para Serviços de Abrigamento e Unidades Móveis de atendimento a mulheres em situação de violência.
- ✓ Articular atores Estaduais e Municipais para garantir a integração dos serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra as mulheres.
- ✓ Promover a formação continuada dos profissionais da Rede Especializada de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, com uma matriz pedagógica unificada e um sistema informatizado específico.
- ✓ Criar sistema municipal de dados sobre violência contra a mulher, e promover o atendimento qualificado às mulheres em situação de violência no Sistema Único da Assistência Social.
- ✓ Garantir o recorte de gênero, raça e etnia em todos os registros administrativos municipais de Segurança Pública.
- ✓ Capacitação permanente dos operadores municipais de Segurança Pública (Guarda Civil Metropolitana) nas temáticas de gênero, violência contra mulheres e enfrentamento ao racismo institucional.
- ✓ Incentivar o aumento da participação de mulheres nos organismos municipais de controle social em Segurança Pública.
- ✓ Buscar e promover a investigação das omissões institucionais nos casos de violência contra as mulheres.
- ✓ Identificar os benefícios previdenciários e assistenciais decorrentes da violência doméstica e familiar.
- ✓ Ampliar os instrumentos de combate aos crimes de violência sexual contra as mulheres, com destaque para o fortalecimento da Rede Integrada de Perfis Genético.
- ✓ Priorizar mulheres em situação de violência nos programas de qualificação social e profissional, na concessão de unidades habitacionais no município, na inserção no mundo do trabalho, no acesso a

equipamentos sociais municipais e nas políticas de enfrentamento à pobreza e à miséria.

Propostas - A mulher, a assistência social e o trabalho

- ✓ Promover acesso pleno e desembaraçado a todas as ações e serviços de assistência social destinados às mulheres, consideradas em sua diversidade (ver princípios).
- ✓ Estruturar e mobilizar a Procuradoria e a Defensoria do Município para atuarem na defesa e proteção dos direitos da mulher, consideradas em sua diversidade (ver princípios).
- ✓ Desenvolver programas de qualificação profissional de mulheres trabalhadoras e de inserção delas no mercado de trabalho.
- ✓ Fomentar diversas formas de associativismo produtivo entre elas, provendo condições de competição no mercado.
- ✓ Intermediar a inclusão de mulheres nos novos empreendimentos que se instalem no município, priorizando as vítimas de violência doméstica e mulheres chefes de família.
- ✓ Capacitar grupos produtivos de mulheres, visando a sustentabilidade dos seus projetos de renda, proporcionando divulgação de produtos ou serviços desenvolvidos em grupos, formalizados ou não.

Propostas - A mulher e os conselhos da cidade

- ✓ Estimular a ampla participação da mulher no controle social das políticas públicas municipais, particularmente das que lhe dizem respeito, com foco no fortalecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que terá assegurado o funcionamento autônomo, sem cabrestos políticos e administrativos, e ainda criará câmara temáticas, capazes de se dedicar a assuntos específicos da mulher e de melhor monitorar as políticas públicas municipais. E, para ser ampla, se completará com três outras iniciativas:

- o assento institucional da mulher nos Conselhos Municipais (e respectivos comitês internos) de Saúde, Educação e Assistência Social;
 - o monitoramento de todas as ações dos Conselhos Tutelares que digam respeito ao universo infantil e juvenil feminino; e
 - a participação direta nos protocolos de parceria e interação do Município com os órgãos de controle externo e social das ações municipais do SUS, da Saúde em geral, da Educação, da Assistência Social e da Cultura.
- ✓ Instituir programa de fomento à formação, capacitação e qualificação de lideranças femininas, não só em função da participação nas Conferência Municipais de Políticas para as Mulheres, as quais terão a regularidade garantida em lei; mas também em função da participação das mulheres na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas municipais, as quais considerarão (sempre) a diversidade econômica, social, étnica, etária e de gênero delas, e implicação em ações afirmativas e de enfrentamento a crimes de ódio, como racismo, sexismo e lesbofobia.
 - ✓ Capacitar os Conselhos Tutelares (e de direitos de cidadania em geral) para o adequado encaminhamento de situações de violência contra meninas, adolescentes e mulheres adultas.
 - ✓ Fomentar a criação de redes e observatórios que auxiliem no combate à discriminação e à mercantilização da vida e do corpo da mulher, e promovam uma imagem dela segura e dona de seu destino.

Propostas - A mulher e as instâncias de poder e decisão

- ✓ Aumentar a presença da mulher nos espaços deliberativos de controle social e gestão das políticas públicas de mulher e de gênero e nos espaços de decisão e poder dos cargos públicos.
- ✓ Incentivar a participação da mulher, na sua diversidade, nos programas sociais e/ou culturais do Município, mas também nos organismos políticos e processos eleitorais da sociedade.

- ✓ Fomentar a institucionalização de organismos de políticas para as mulheres no município de Goiânia.
- ✓ Sensibilizar a sociedade, inclusive profissionais de comunicação, em estratégias de ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.
- ✓ Desenvolver ações e campanhas de sensibilização visando ampliar a participação político-partidária e eleitoral das mulheres, criando mecanismos e estratégias específicas para essa finalidade.
- ✓ Promover programas e ações de capacitação para mulheres jovens e adultas, consideradas em suas diversidade e especificidades.
- ✓ Apoiar pesquisas sobre a presença das mulheres negras na gestão das políticas públicas e nos espaços de decisão.
- ✓ Apoiar iniciativas de lei visando a igualdade de oportunidade para mulheres.
- ✓ Instituir, para toda a Administração Pública municipal, ações afirmativas e de discriminação positiva das mulheres em sua diversidade, com metas percentuais de participação das mulheres em funções de direção superior e intermediária.
- ✓ Disseminar a implementação do Estatuto do Idoso, no que se refere às mulheres idosas, e do Estatuto da Criança e do Adolescente, junto aos organismos de políticas públicas para as mulheres, incentivando-os à adoção de ações afirmativas de direitos para esses públicos e para as mulheres com deficiência.
- ✓ Incentivar as mulheres em cargos de gestão a adotarem medidas de inclusão de mulheres negras e homoafetivas nas ações e objetivos da Campanha Mais Mulheres no Poder.
- ✓ Estimular a criação de Comitês de Gênero nas Secretarias Municipais, incorporando as perspectivas étnica, racial e de orientação sexual.
- ✓ Apoiar a divulgação e a implementação do Estatuto da Igualdade Racial nos organismos de políticas para as mulheres.
- ✓ Incluir ações afirmativas da igualdade de gênero em todos os instrumentos de planejamento incumbidos ao Município (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais), inclusive

nas ações de afirmação de direitos da mulher, de modo que essas ações sejam inseridas nas políticas de Estado do Município, para além das de governo.

- ✓ Mobilizar toda a Administração Pública Municipal para promover, no seu interior e nas suas relações com a sociedade, o equilíbrio de poder entre mulheres e homens, no sentido cultural, econômico, legal e político.
- ✓ Partindo da premissa de que atos de violência de gênero, raça e etnia são agressões à dignidade humana, implementar padrões (normativos, legais e administrativos) de “tolerância zero” a esses atos no Poder Público municipal, e abrir canais permanentes de diálogo sobre esses padrões com os diversos Poderes, órgãos públicos e entidades empresariais.
- ✓ Compatibilizar os padrões curriculares legais com os nossos objetivos educacionais de valoração do papel histórico da mulher no mundo do trabalho, da economia e da educação de gerações.
- ✓ Fortalecer os órgãos do município dedicados à defesa dos direitos da mulher, e dotar de real autonomia os de gestão e execução das políticas públicas para as mulheres. E mapear e fomentar fóruns e organismos independentes.

Propostas - Inclusão da mulher idosa

A expectativa de vida da população do sexo feminino aumentou e deste modo, o envelhecimento da população é notório, sendo preciso um olhar específico e cuidadoso para essa parcela da população, para garantir o protagonismo de mulheres idosas no acesso aos serviços ofertados pelas políticas públicas.

- ✓ Promover acesso e ampliação das ações de saúde integral das mulheres idosas, considerando as especificidades de raça/etnia, orientação sexual e deficiência.
- ✓ Instituir mecanismos de facilitação da inclusão das mulheres idosas no sistema previdenciário, e nas demais políticas públicas de promoção da autonomia econômica das mulheres.

- ✓ Fomentar a implementação de ações de enfrentamento à discriminação contra as mulheres idosas.
- ✓ Estimular os órgãos públicos municipais à elaboração de programas, projetos e ações em benefício das mulheres idosas.
- ✓ Capacitar os agentes públicos municipais no enfrentamento a discriminações contra as mulheres idosas, inclusive no tocante às desigualdades geracionais e raciais.
- ✓ Criar Grupo de Trabalho na Secretaria Municipal de Políticas Públicas Para as Mulheres para elaboração de propostas de políticas de atendimento específico às mulheres idosas.
- ✓ Implementar e disseminar a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso); a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (internalizada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 6.949/2009); e demais legislações pertinentes, garantindo a observância de toda a diversidade (ver princípios) e demais especificidades das mulheres idosas na participação e usufruto de programas e políticas municipais.
- ✓ Estimular a implementação de grupos de trabalho, no âmbito do governo municipal, para articular, monitorar e avaliar ações para mulheres idosas.
- ✓ Realizar ações de capacitação para mulheres idosas, tanto sobre seus direitos como para (re)inserção no mercado de trabalho.

8. Segurança e defesa social

A segurança pública é uma das principais demandas da sociedade. Uma cidade justa e digna merece que as pessoas possam transitar, usar seus espaços e serviços com total segurança e integridade. É por isso que a prefeitura tem um papel fundamental nesse processo, estreitando a parceria com a Polícia Militar, mas também equipando e contratando Guardas Civis Metropolitanos. A cidade precisa ser ocupada por uma Guarda atenciosa ao cidadão ao passo que competente e treinada para lidar com situações adversas. Embora bastante competente, nosso efetivo é baixo para as necessidades da capital. As vias públicas precisam ser iluminadas, sinalizadas e urbanizadas para evitar situações favoráveis à criminalidade.

Proposta

- ✓ Elaboração do mapa da criminalidade e da violência, com auxílio de entidades especializadas. Monitoramento desse mapa eletronicamente, remotamente, mas em tempo real – para subsidiar as corporações fardadas e os cidadãos de informações precisas;
- ✓ Com base no diagnóstico preciso dos fatores e locais da criminalidade, pôr em efetiva execução o Plano Municipal de Segurança Pública;
- ✓ Constituição de canais de comunicação com a população, que permitam identificar e implementar programas de autodefesa da população (com auxílio do Município e das corporações armadas);
- ✓ Integração total das ações de segurança municipais com as dos órgãos federais e estaduais;
- ✓ Oferecer treinamento à Guarda Civil Metropolitana para atuar ostensivamente na prevenção do cometimento de crimes;
- ✓ Implementar o uso de imagens geradas através de vigilância eletrônica;
- ✓ Aperfeiçoar o Núcleo de Inteligência da Guarda Civil Metropolitana;
- ✓ Manter iluminada, limpa e sinalizada os logradouros públicos;
- ✓ Desenvolver de políticas de prevenção ao crime, tendo como público-alvo as crianças e os adolescentes.

9. Serviços Urbanos*Propostas*

- ✓ Normatizar e fiscalizar o comércio ambulante, bancas de revistas, quiosques, trailers etc.;
- ✓ Administrar, fiscalizar, implantar, regular e racionalizar os serviços urbanos em cemitérios públicos, áreas públicas, horto municipal, solo urbano, iluminação pública convencional e especial de vias e logradouros públicos, feiras livres e mercados públicos, apreensão de animais, lavanderias públicas;

- ✓ Implantar medidas que estimulem o comércio diretamente do produtor ao consumidor;
- ✓ Projetar obras e serviços de interesse metropolitano;
- ✓ Auditar as atividades que utilizem pesos e medidas, no âmbito de sua competência;
- ✓ Adotar medidas preventivas, em conjunto com órgãos congêneres, relativas à saúde pública;
- ✓ Vincular suas ações à paisagem da Cidade, de modo a mantê-la atrativa e saudável, objetivando o cumprimento da sua vocação turística;
- ✓ Proceder, dentro das normas técnicas, à análise, ao licenciamento e à fiscalização dos serviços de poda e abate de árvores;
- ✓ Instituir cronograma de ações pertinentes às feiras livres, para fazer cumprir determinações da Vigilância Sanitária.
- ✓ Realizar a iluminação pública, iluminação especial, iluminação festiva e a iluminação para eventos.
- ✓ Urbanizar áreas públicas (Praças, Canteiros e Áreas de Lazer).
- ✓ Administrar, controlar e fiscalizar Feiras Livres, Mercados Públicos, Camelódromos, Camelôs, Bancas de Revistas, Trailers, Quiosques, Cemitérios Públicos, Comércio Ambulante.
- ✓ Liberação de áreas públicas para Parques e Circos.

10. Trabalho, emprego e renda

Propostas - Política de emprego e intermediação de Mão de Obra

- ✓ Buscar a formalização e uma parceria com a Secretaria de Trabalho, do Ministério da Economia, para ampliar, no Município, o acesso ao Sistema Público de Emprego (ferramenta que administra vasto banco de dados de vagas de emprego em todos os setores, em todo o Brasil);
- ✓ Buscar uma parceria com o Ministério Público do Trabalho em Goiás;
- ✓ Potencializar o conceito da IMO mediante Agências de Emprego, dentro de instalações municipais já existentes na cidade, para pesquisar e divulgar vagas. Também para informar às pessoas as condições para

preenchê-las e ao município em que áreas deve priorizar ações, qualificações e capacitações.

Propostas - Política Municipal de Qualificação e Capacitação

- ✓ Disponibilizar cursos e oficinas rápidas de qualificação para as condições mais exigidas. E estamos falando de uma coisa bastante provável – posto que em parceria, com o mundo empresarial, instituições de ensino e outras esferas de governo;
- ✓ Incentivar escolas técnicas e profissionais de nível médio, concedendo incentivo fiscal e até disponibilizando salas e prédios municipais para esses cursos e aulas;

Propostas - Política de intermediação do microfinanciamento

- ✓ Atuar na intermediação de financiamentos para o pequeno empreendedor, orientando e preparando o microempreendedor sem custos para se credenciar junto às melhores linhas de crédito.

Propostas - Política de incentivo à Economia Solidária

- ✓ Incentivar as Redes de Economia Solidária;
- ✓ Promover as feiras livres e eventos culturais para apoiar essas atividades;
- ✓ Fomentar a formação de grupos de produtores para que seus produtos ou serviços ganhem em qualidade e valorização da marca.

Propostas - Política de artesanato

- ✓ Qualificar a produção artesã a partir de parcerias com universidades, SEBRAE, Sistema “S” e muitas outras empresas de qualificação.
- ✓ Incentivar cursos e oficinas de qualificação do artesanato, de acordo com as tipologias predominantes em Goiânia. Ao final, e apesar do baixo custo dessa política, os ganhos serão enormes:

- Produtos mais bem elaborados;
- Redução dos custos de produção;
- Aumento das margens de lucro – pela redução dos custos;
- Produtos mais competitivos – inclusive, mais compatíveis ao mercado internacional.

11. Habitação e regularização fundiária

Ao longo dos anos Goiânia foi perdendo sua capacidade de ordenamento territorial, e as pessoas com reais necessidades, passaram a ocupar espaços sem as condições suficientes para uma vida digna. A prefeitura não promoveu habitação e infraestruturas adequadas e a população sofre com essa demanda.

Propostas

- ✓ Formular a política municipal de habitação e de regularização fundiária;
- ✓ Desenvolver programas de habitação popular;
- ✓ Promover a regularização e a titulação das áreas ocupadas pela população de baixa renda;
- ✓ Coordenar as ações do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social Proposição;
- ✓ Lançar um programa consistente de regularização da propriedade urbana de baixa renda, buscando auxílio, parceria e (sobretudo) forma de financiamento dessa regularização (inclusive com o sistema financeiro).

12. Esportes

O esporte é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais saudável e sociável. A prática esportiva promove encontros, reconhece potencialidades e ocupa a cidade. O nosso compromisso é com o aumento da prática esportiva em espaços públicos e privados, com políticas de valorização da atividade física.

Propostas

- ✓ Elaborar e encaminhamento, à Câmara Municipal, do Plano Municipal de Esportes, definindo a política de esportes e tratando de metas para aproveitamento de espaços, equipamentos, programas, ações, eventos, recursos humanos e orçamentários e formação profissional dos servidores envolvidos;
- ✓ Profissionalizar os servidores da pasta no gerenciamento de políticas públicas para esportes;
- ✓ Propor de lei municipal de incentivo ao esporte, visando incentivar o desporto educacional e de alto rendimento;
- ✓ Cumprir a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e a Lei Federal nº 9.696/98 (que dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física), no que concerne à obrigação de a Secretaria Municipal de Educação levar a Educação Física para todos os níveis de ensino da Rede Municipal;
- ✓ Promover ações conjuntas das Secretarias Municipais de Educação e de Esportes, para o desenvolvimento de programas esportivos e de lazer que envolvam a juventude em geral e o alunado em particular;
- ✓ Inserir os alunos, pelas escolas municipais, em ao menos uma modalidade esportiva coletiva e uma individual, visando o desenvolvimento do esporte;
- ✓ Oferecer acompanhamento pedagógico e psicológico de crianças e adolescentes envolvidos com drogas, visando à inserção deles nas ações de esporte do Município;
- ✓ Resgatar e fortalecer os Jogos Estudantis Municipais, como evento aglutinador da nossa juventude, independente da escola ou da condição social;
- ✓ Mapear as estruturas de campos de futebol existentes na cidade, visando integrá-las e otimizar os seus usos, inclusive num programa municipal de incentivo ao futebol de bairro, que deve ser instituído;

- ✓ Articular, com os diversos segmentos sociais, políticos e econômicos, a implantação da Política Municipal de Desenvolvimento do Esporte e Lazer;
- ✓ Diagnosticar e atualizar todas as ações do esporte participação/lazer, esporte escolar e esporte rendimento, como instrumentos de informação para implantação de programas e projetos;
- ✓ Promover campanhas institucionais que estimulem a demanda pela prática de atividades do esporte e lazer em todo o município, destinadas às crianças e jovens em situação de risco social, em parceria com outras instituições públicas, privadas e mídia.

13. Cultura

A cultura é uma das dimensões do cidadão. O molda para que forme sua identidade social e se conecte aos demais. Mas, acima de tudo, forja a identidade da população. Estará na preocupação estratégica da nossa gestão.

Propostas

- ✓ Adotar a cultura como parte da estratégia de desenvolvimento econômico da cidade, resgatando e valorizando os bens culturais da cidade e da sua gente. E interconectando a cultura com o turismo e a educação;
- ✓ Dar especial atenção à prospecção e consolidação de novos talentos, incentivando não só as atividades culturais coletivas, como também as atividades de descoberta e promoção de bens culturais produzidos por talentos individuais.
- ✓ Valorizar o Fundo Municipal de Cultura. Seus recursos serão destinados, prioritariamente, à fomentação das atividades culturais, das expressões artísticas e das manifestações populares, de modo que a contratação de artistas do cenário nacional ou internacional será restrita às datas que comprovadamente atraiam turistas.

- ✓ Valorizar os patrimônios arquitetônico, histórico e imaterial da cidade que também assumirão posição de destaque na estratégia de alavancagem do turismo. Logo, na destinação dos recursos do Fundo.
- ✓ Alinhar as políticas de cultura e educação, fornecendo elementos à formação de nossos jovens e a valorização dos nossos bens culturais.
- ✓ Formalizar e fortalecer parcerias com grandes casas de espetáculo da iniciativa privada, visando prover palco e público para os talentos e manifestações artísticas da cidade e conceber um calendário de eventos culturais conectado com o turismo, recheado de festivais culturais e de gastronomia, folclore, artes e artesanato. Mas também incentivar o surgimento de teatros e casas de espetáculos privadas nos bairros, em todas as regiões da cidade.
- ✓ Oferecer especial atenção ao centro histórico de Goiânia, resgatando do abandono. Vamos buscar parcerias para recuperá-lo e transformá-lo em destino atraente do turismo na vertente cultural.
- ✓ Valorizar os mercados municipais de Goiânia, tornando-os polos culturais na cidade com realizações de feiras, eventos e manifestações artísticas.
- ✓ Ampliar acesso da população aos nossos bens, atividades e programações culturais, inclusive e especialmente por meios digitais e virtuais;
- ✓ Adequar a legislação e as fontes de recursos financeiros à estratégia de integração cultura/turismo/educação/desenvolvimento e ao acesso da população aos nossos bens culturais;
- ✓ Elaborar e implementar um calendário de ações culturais nas escolas;
- ✓ Ampliar a divulgação dos produtos culturais dos nossos artistas, especialmente na internet – não descartando a disponibilização de um poderoso portal inteiramente dedicado à cultura e às artes de Goiânia.

14. Meio Ambiente

Uma cidade que busca oferecer dignidade às pessoas precisa respeitar o meio ambiente, pois somente ele pode garantir a possibilidade de uma qualidade de vida para todas as pessoas. Precisamos respeitar os nossos

mananciais, o uso e ocupação do nosso solo e a conservação do nosso patrimônio natural.

Propostas

- ✓ Garantir que as políticas municipais tenham o princípio da sustentabilidade;
- ✓ Cuidar dos parques, praças e arborização urbana;
- ✓ Incentivar o plantio de mudas regionais em espaços adequados;
- ✓ Aumentar os ecopontos pela cidade;
- ✓ Criar parcerias com cooperativas de catadores e recicláveis;
- ✓ Implementar uma política de recuperação dos mananciais da cidade;
- ✓ Promover a produção de alimentos orgânicos nas proximidades da capital;

Mensagem final

Goiânia precisa enfrentar uma transformação em sua administração pública. É preciso dar um basta em negociatas que não contribuem para o desenvolvimento da nossa cidade. Estou preparada para uma administração feita para as pessoas. Aqui é apenas o início de uma mudança real para todas e todos!

Dra. Cristina